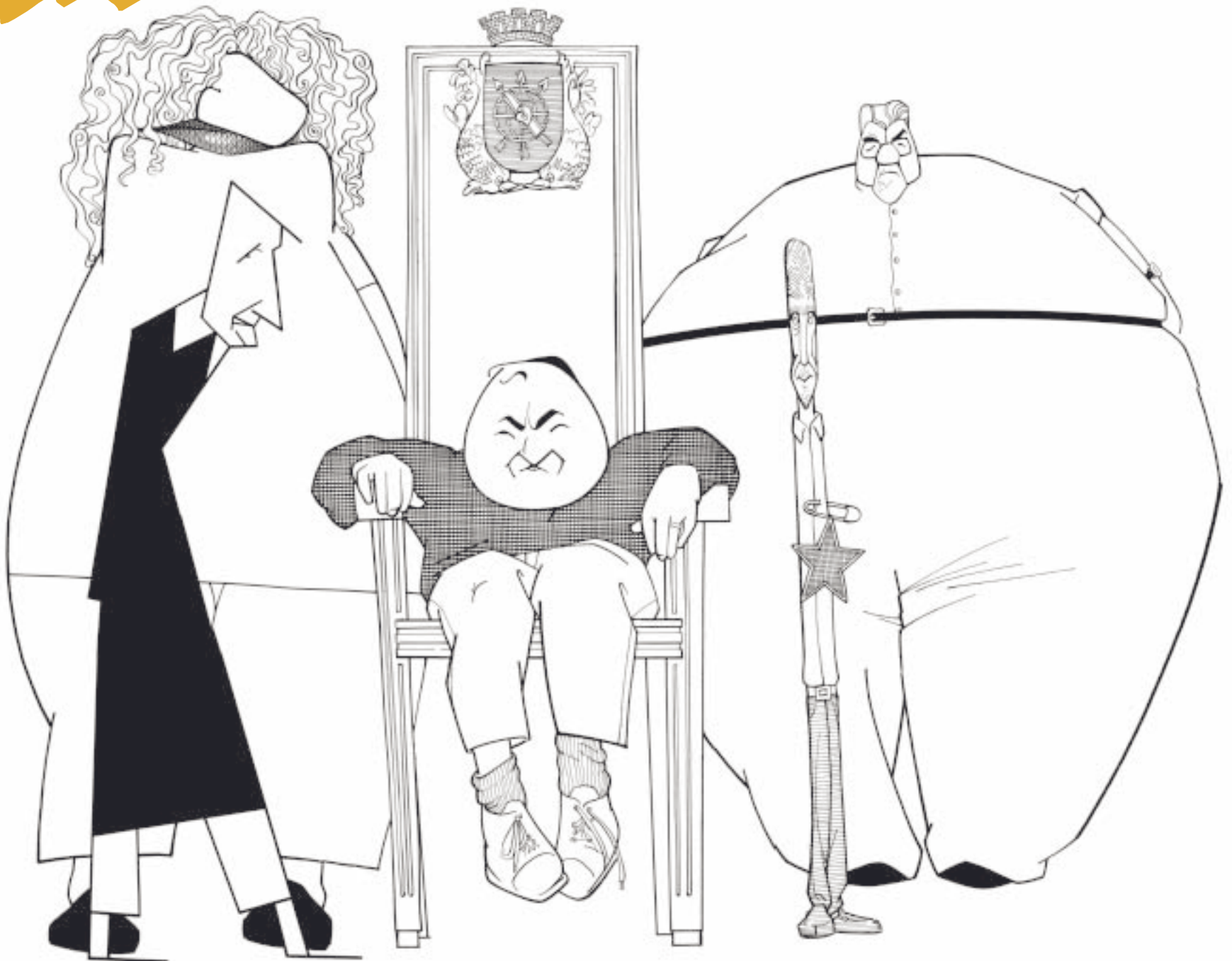


economistas

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ E SINDECON-RJ

Eleições 2004

O que eles querem para o Rio?



Carlos Lessa e a economia solidária

EDITORIAL

Eleição e novos atores

Nesta edição, o *JE* abriu suas páginas para os cinco principais candidatos à Prefeitura do Rio exporem suas idéias, propostas e convicções. É uma contribuição ao debate sobre a cidade, seus problemas e os caminhos para as suas soluções.

Contudo, este número traz outras abordagens tão ou mais interessantes. Uma delas, o artigo baseado no texto vencedor do XIV Prêmio Corecon de Monografia, de Carlos Augusto Góes Pacheco, que traz uma importante reflexão sobre os municípios beneficiados pelos *royalties* do petróleo, resumida na seguinte questão: estão esses municípios se preparando para o futuro próximo, quando as reservas do ouro negro se esgotarem e essas receitas indenizatórias tiverem fim?

Outra abordagem extremamente interessante é a palestra do professor Carlos Lessa, no Dia do Economista, em que o presidente do BNDES fez a apresentação de algumas das iniciativas que o banco vêm tomando. E o que mais chama a atenção nessa exposição de Lessa é o que ele chama de “novos protagonistas”: a economia solidária.

Em uma época marcada pela reedição, às vezes surpreendente, das receitas neoliberais que tiveram seu auge nos governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso – aumento de juros, elevado superávit primário, privatização, etc. – o professor Lessa joga foco em um outro tipo de economia, baseado na solidariedade e não na competição, e que ele considera como “um referencial de outras formas de organizar um processo produtivo”.

Lembra e tem íntima relação com as afirmações recentes do professor Celso Furtado que, no intervalo de uma gravação de um depoimento seu para o Conselho Federal de Economia, afirmou que o crescimento econômico, por si só, não garante distribuição de renda. Somente um novo tipo de desenvolvimento econômico, que mude as relações sociais, pode alcançar esse fim. E arrematou o nosso mestre: o Brasil precisa descobrir, inventar um modelo que tenha a sua cara e atenda às necessidades da sociedade e do país.

Por que não acreditar que isto é possível? Uma boa leitura e bons votos. ■

Sumário

- Página 3** O orgulho de ser brasileiro – Carlos Lessa
- Página 6** Contra os gastos sociais e com segurança – João Leonardo Medeiros



- Página 8** Especial – Eleições 2004 – O Rio pelo olhar dos seus candidatos
- Página 11** Monografia – Os *royalties* do petróleo – Carlos Augusto Góes Pacheco
- Página 15** Fórum Popular de Orçamento – A resposta do Secretário de Esportes
- Página 16** Entrega do Prêmio de Monografia

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ

ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:

Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento, Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa, Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Francisco Bernardo de Arantes Karam • **Conselheiros Suplentes:** Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Arthur Câmara Cardozo, Mario Luiz Freitas Lemos, Eduardo Carnos Scaletsky.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pasotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

13 DE AGOSTO Carlos Lessa

O orgulho de ser brasileiro

Publicamos, a seguir, a palestra do professor Carlos Lessa, no Dia do Economista, na sessão promovida pelo Corecon-RJ e pelo Sindicato dos Economistas para a homenagem a ele e aos professores João Paulo de Almeida Magalhães e Maria da Conceição Tavares*.

Primeiramente, quero dizer que o João Paulo não está presente porque, nesta noite, na Bahia, faz uma conferência em homenagem a Rômulo de Almeida, que foi chefe da assessoria econômica de Vargas, foi quem redigiu os estatutos da Petrobras, sendo fundador do Banco do Nordeste do Brasil.

Vocês bem sabem que a cadeira que estou sentado, hoje, é muito pesada, muito difícil, muito eletrificada, mas ela permite algumas coisas. Uma delas, que estamos promovendo, é a edição de toda a obra de Rômulo de Almeida, comentada. Vamos, logo depois, fazer o mesmo com a obra de Ignacio Rangel, e é nossa idéia que o BNDES vá, aos poucos,

colocando à disposição dos brasileiros o pensamento desses – será que podemos chamar assim? – pais fundadores, entre os pais fundadores da nossa economia.

Quero dizer uma coisa a vocês: eu sou otimista. Algumas coisas nesse momento estão me dando muita alegria. Dirão vocês: vão resolver o mundo? Vão resolver os problemas do Brasil, inaugurar novos tempos? Não. Mas, certamente, na inauguração de novos tempos, serão ingredientes importantes.

Estava sendo chamado para ocupar alguma coisa que, por falta de outro nome, chamo de mesoeconomia. Isso me daria um raio de manobra grande, até porque eu sei bem o que é BNDES, e eu conheço bem suas potencialidades. Quero dizer que a cada dia me surpreende num plano positivo.

Vou dar algumas notícias, que são relevantes. Quando recebemos o banco, há 18 meses, ele tinha um orçamento aprovado de R\$ 33 bilhões. Nós executamos esse orçamento, e votamos para aprovar o orçamento seguinte, de R\$ 48,7 bilhões. Quero dizer que com R\$ 48,7 bilhões, por qualquer critério de ranqueamento, o BNDES é muito maior do que o Banco Interamericano de Desenvolvimento. E, para o próximo ano,

já está aprovado um orçamento de R\$ 60,8 bilhões que, se for mantida mais ou menos essa paridade cambial, nos fará superar o Banco Mundial.

Então, nos dois anos do Governo Lula teremos dobrado o orçamento de aplicações do BNDES, o que não é um resultado trivial. E se vocês me perguntarem como isso foi feito, eu diria que, basicamente, lançando mão de potencialidades do banco e restaurando-o como banco de desenvolvimento. Isso nos permitiu dar um tratamento correto à massa de esqueletos que herdamos das administrações anteriores. Na verdade, tivemos em 2003 o maior lucro nominal da história do banco e nesse semestre tivemos o maior lucro bancário do país. É impressionante: tivemos mais lucro do que qualquer outro grande banco brasileiro.

Como fizemos? Não construindo ganhos operacionais excessivos, até porque rebaixamos nossa taxa de juros, reduzimos o *spread*, mas o fizemos porque pudemos reverter provisões de muita porcaria que herdamos das administrações anteriores. Acho extremamente importante que os economistas saibam disso: primeiro, que o BNDES é um poderosíssimo instrumento do Estado nacional brasileiro: 100% do Estado. Não tem ADR em lugar nenhum, por conseguinte, ele opera rigorosamente a partir de projeto de Estado e seguindo, de forma disciplinada e consistente, as orientações estratégicas fixadas pelo governo. Segundo, este banco é, permitam-me dizer-lhes, um elemento de orgulho dos brasileiros. Aliás, simbolicamente, o BNDES está aqui, tem uma passarela que, do outro lado, tem a Petrobras. Ambas as instituições foram fundadas por Getúlio Vargas, que nesse ano completa 50 anos da sua morte.



A riqueza do Nordeste

Como não consigo deixar de ser otimista, vou lhes dizer algo muito concreto: creio que o Nordeste, de região problema está em vias de se converter em região solução. Isso não é nada trivial, porque da fatura social brasileira, uma percentagem extremamente relevante, alguma coisa da ordem de 40% a 50% desta fatura estão no semiárido nordestino e nas cidades nordestinas.

O projeto de transposição de águas do rio São Francisco já começou. O Ministério da Integração Nacional já lançou a concorrência para a compra das primeiras grandes bombas. Apesar de ser difícil pactuar a vasta complexidade de interesses, que vão do estritamente econômico ao macropolítico, quero crer já houve suficiente convergência para dizer que haverá a transposição de águas do São Francisco. Não com esse nome, porque tem uma temática de estados doadores e estados receptores que precisa ser articulada, mas a engenharia pesada vai ter a oportunidade não apenas de atender as necessidades dos estados doadores, em termos de recursos hídricos, e resolver alguma coisa como pelo menos 20 vales nordestinos.

O Nordeste tem um solo, nesse vales, com excelentes características agrônômicas. Têm um povo com qualidade admirável, que é resistir, e por isso mesmo, uma grande capacidade de se adaptar. Hoje, a tecnologia agrônômica de produção com pouca água, nesses territórios, é totalmente dominada pela Embrapa e pelas universidades do Nordeste; e o Nordeste tem 320 dias de sol por ano. Isso representa uma vantagem decisiva em relação a uma outra região, que é o Imperial Valley, na Califórnia, que é o hectare agrícola mais valioso dos Estados Unidos, que surgiu nos desertos próximos ao Grand Canyon, quando foi feita a transposição de águas do rio Colorado para a região da Califórnia. E lá tem 230 dias de sol, enquanto o Nordeste tem 320 dias.

No plano das coisas absolutamente objetivas, vou citar algumas:

A produção de camarão saiu de zero e, em seis anos, já são US\$ 300 milhões de exportação. É tão eficiente que Mr. Bush já elevou as tarifas e penalizou o nosso camarão nordestino, sob o argumento que era “dumping” camaráônico... Estamos exportando 20 toneladas de flores tropicais por mês; se está produzindo vinho na região de Sobral, com

Tenho acompanhado de perto um tema que vamos chamar “novos protagonismos” ou, se quiserem, economia solidária

agricultura irrigada. Quero dizer o seguinte: é possível colecionar pequenos fragmentos de altíssimo desempenho e a chegada das águas vai permitir resolver algumas questões.

Ao mesmo tempo, o projeto de novo traçado da TransNordestina vai realizar um velho sonho de Ignacio Rangel. Ignacio sempre imaginou que, na faixa de transição entre o Nordeste semiárido e o Centro Oeste, o Nordeste semiárido e a Amazônia existiria um arco de terras com capacidade de produzir alimentos. Hoje essa região produz 5 milhões de toneladas de grãos e, com muita rapidez, pode chegar a 10 milhões de toneladas.

Isso é suficiente para permitir uma ferrovia que ligue os três portos grandes da região com esta faixa, e esse é um projeto priorizado pelo presidente da República. O BNDES vai ser o grande financiador dessa nova ferrovia. A combinação das operações ligadas à regularização do São Francisco com a TransNordestina mudam radicalmente as perspectivas do Nordeste.

A economia solidária

Há um ponto a dizer, em nível absolutamente diferente: tenho acompanhado de perto um tema que vamos chamar “novos protagonismos” ou, se quiserem, economia solidária. Uma idéia que bancou a conversão da Conforja, falida, na Uniforja, que é uma empresa de trabalhadores cooperados. Quero dizer aos senhores que a Uniforja está inteiramente recuperada, dobrou o faturamento neste ano, em relação ao ano passado, e já começou, inclusive, a exportar um pouco para o exterior. Era uma empresa que estava condenada ao sucateamento.

Pergunta: vamos resolver o problema do emprego e retomar o desenvolvimento com essas experiências? Não. Mas vamos construir, no Brasil, um referencial de outras formas de organizar um processo produtivo – isso não é trivial, não são experiências românticas, são



Foto: Samuel Tosta

projetos que estão se desenvolvendo rigorosamente dentro da regra do jogo, porém, que dependem de uma adequada engenharia institucional e de um adequado financiamento. As duas coisas vão sendo supridas. O institucional pelo movimento sindical, e o financeiro pelo BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, etc.

Tenho a impressão que essas primeiras experiências vão ter um efeito de alavancagem de uma série de outras situações. A nova Lei de Falência, quando aprovada, vai permitir multiplicar experiências desse tipo, que hoje são impedidas, porque o ritual da falência sucateia inteiramente as instalações durante o período em que se desenvolve o ritual da liquidação.

Há pouco tempo estive no nordeste do Maranhão, que é uma região absolutamente sem história econômica nenhuma. Nunca foi região de nada, e por nunca ter produzido nada agora consegue explodir na ponta com um produto espantoso que é o mel, porque a região tem uma floração intensa, principalmente, flor de mangue. E tem uma abelha brasileira chamada “túba”, que não tem ferrão (bem brasileirinha!), que produz um mel que está sendo exportado para a Alemanha. E uma cooperativa de apicultores feita pela igreja, com todo o romantismo dessas organizações, evoluiu de 60 quilos para 220 toneladas e, agora, exporta mel para a Alemanha.

Isso me permite dizer porque estou otimista, pois acho que temos um povo capaz de histórias de espantar. A começar pela própria história do presidente, que nasceu no Nordeste, não sabe exatamente o dia do nascimento, como é muito freqüente, e que quando assumiu a presidência disse que estava recebendo o primeiro diploma da vida dele, o diploma de Presidente da República. Acho que esta é uma história que me parece sintetizar muito da potencialidade que existe dentro do povão brasileiro. Lá, com o mel da “túba”,

ou a trajetória absolutamente consistente do menino de Garanhuns à presidência da República são demonstrações de que este país é capaz de histórias de espantar.

E esse cavalheiro, que é nosso presidente, acabou de lançar como mote central um tema que me parece absolutamente fundamental: a auto-estima dos brasileiros. Estou absolutamente convencido que esta é uma temática central. Se há acusação pesada que pode ser feita no plano do simbólico, do afetivo e do emocional aos Fernandos, é que eles conseguiram operar uma retirada do futuro do imaginário e, ao mesmo tempo, conseguiram colocar uma séria suspeita de que ser brasileiro é desvantajoso, desfavorável. Quem vai resgatar? O nosso presidente da República. Ele está convocando a sociedade brasileira a discutir a questão da auto-estima. Acho que, em torno dela, vamos começar a fazer uma série de outras descobertas.

Mas, nesse momento, estou obsessivamente preocupado com uma questão: acho que o tema do Fome Zero não pode sair de pauta. O tema da Fome Zero é para mim um divisor de águas.

A tese da burguesia nacional já era há muito tempo, como teoria. Por isso, a tal da economia solidária, o tal novo protagonismo me seduz

Estamos fazendo isso na periferia de São Paulo, num município do Rio Grande do Sul, e não fiz em mais porque não consegui que outros municípios pudessem chegar. Mas tenho a esperança que estas duas experiências sirvam de referencial para esta discussão.

A burguesia nacional

Tenho que fazer uma última observação: a tese da burguesia nacional eu sempre olhei com muita suspeita. Mas agora tenho todas as razões do mundo para ter todas as suspeitas do mundo. Por que? Porque vou mostrar a vocês uma história que começa com Pedro II. Pedro II deu carta patente para uma companhia chamada Cervejaria Brahma e para outra chamada Antártica Paulista. A história das duas é muito conhecida no Império, porque como o Rui Barbosa queimou os arquivos da escravidão, os pesquisadores foram atrás de fontes e encontraram os registros da Brahma, e ela terceirizava a mão-de-obra escrava. Ela não se imobilizava em escravos, pagava aluguel a proprietários de escravos, rentistas.



Foto: Samuel Tosia

Ele não pode ser tratado como uma proposta romântica, e por maior respeito que eu tenha ao Betinho, ele tem que ser traçado como uma estratégia de Estado, que passa pelas redes que existem disponíveis. A escola primária é o lugar fundamental para esta campanha. Se as crianças de sete a 14 anos tiverem três refeições, 365 dias por ano, e se puderem levar para a escola, o seu irmão menor pela mão, nós vamos ampliar de dois a 14 anos e nós mudamos a cara da fome no Brasil.

Estou dizendo isso até porque uma das coisas que estamos fazendo no BNDES é apoiar experimentalmente alguns municípios que estão vivendo a experiência de fornecer a merenda, como um direito universal de alimentação para as crianças de dois a 14 anos.

Como é que ela cresceu? Com muita ginástica de copo, muita gente bebendo... Nos anos 30, o Banco do Brasil deu diversos financiamentos às duas cervejarias. O BNDES, entre 1960 e 2000, deu 700 financiamentos para a Brahma e a Antártica e, inclusive, apoiou na compra que fizeram da Quilmes argentina. E não é que agora, os três controladores não venderam a Ambev? Eles viraram belgas. Trocaram o controle da Ambev por uma participação minoritária na Interbrew. Viraram belgas!!

A importância do que acontece é a seguinte: antes, 54% dos dividendos eram pagos em reais. Agora, necessariamente terão que ser convertidos em euros. Tecnologia?!! Mas nós fazemos uma ótima cerveja, ou pelo menos,

fazemos a cerveja que gostamos de beber. A trajetória do empresário nacional, quando não vende, é ele pular para fora. Não posso dizer, mas já tem outro empresário nacional que parece que virou holandês. Então, o seguinte: a tese da burguesia nacional já era há muito tempo, como teoria. Por isso, a tal da economia solidária, o tal novo protagonismo me seduz.

Quero terminar fazendo um comercial final de novos protagonistas. E vou fazer mais uma homenagem ao Nordeste: agora, para a praça de São Cristóvão. Vocês sabem qual é a história da feira de São Cristóvão? Pau de arara, anos 40, os caminhões soltam as pessoas lá e aí os nordestinos daqui começaram a pedir para o caminhão trazer um pouco de rapadura, um pouco de farinha, e rapidamente alguém começou a vender excedentes no lugar, isso foi crescendo, ocupou a calçada e aí surgiu o Agamenon. O Agamenon é um desses gênios da raça, que negociou a cidadania progressiva para a feira. O que é a feira, hoje? Novecentas barracas, com nove a 10 pessoas cada. É uma empresa que emprega diretamente 8 mil, 9 mil pessoas.

Não traz mais queijo do Nordeste. Como qualquer grande empresa compra em Goiás, a carne de sol é feita em Nova Iguaçu, mas sabe o que é que fazem lá? Lá se dança forró, se come mocotó, se escuta literatura de cordel feita por residentes no Rio e impressa no Rio, mas nós criamos uma coisa espantosa que é o seguinte: é um centro comercial, a céu aberto, de nordestinidade, incomprável por qualquer cadeia, nem Iguatemi, nem Wal Mart, ninguém compra, sabe por que? São 900 pequenos donos de barracas e ganharam total cidadania porque ocuparam, inclusive, aquela estrutura do Sérgio Bernardes, que é belíssima, curvas matemáticas...

Então, produziram essa coisa maravilhosa, que, semente em terra fértil, já estão surgindo três outras no Rio de Janeiro, e eu falei com o governador de São Paulo, ele vem agora comigo para conhecer o Agamenon, porque vocês sabem que São Paulo faz sempre as coisas depois que a gente, maiores e melhores. Então, vai provavelmente surgir em São Paulo uma coisa muito maior, pois tem mais nordestinos, e eu tenho a esperança de que a maior rede neste país venham a ser as feiras nordestinas, do Oiapoque ao Chuí. E isso é belíssimo. ■

*A palestra da Professora Maria da Conceição Tavares foi publicada na edição passada do JE.

POLÍTICA SOCIAL João Leonardo Medeiros*

Contra os gastos sociais e com segurança

Diz a velha máxima popular que uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade. Mais do que uma frase ocasional, talvez se possa hoje empregar este ditado para expressar com toda brevidade possível o espírito dos tempos. Afinal de contas, trata-se de um claríssimo estratagema de autolegitimação pelo cansaço. Sendo o ditado falso, procura legitimar-se pela mecânica repetição. Pergunto eu: não tem sido este precisamente o mecanismo empregado por inúmeras das crenças – em si, dignas da mais completa ridicularização – postas em circulação na maré da ideologia hegemônica?



Nessa maré – aparentemente rasante, aliás – poucas idéias têm sido tão difundidas, no sentido do dispositivo autolegitimador indicado, quanto a noção de que a pobreza pode e deve ser enfrentada mediante as assim-chamadas políticas sociais. Ainda mais porque, sobretudo aqui e em outros recantos do depósito terceiro-mundista do rebotalho humano “globalizado”, essa primeira proposição tem sido indiscriminadamente combinada com uma outra, igualmente falsa. Trata-se do clamor desesperado pela segurança “pública”, como solução para o definhamento das relações propriamente humanas e da vida cotidiana.

Como sempre o Brasil, em assuntos dessa ordem, fornece exemplos exemplares. Outro dia mesmo vimos o governo e a imprensa divulgarem as novidades no projeto de orçamento para o próximo ano, a saber: o aumento nos gastos “sociais” e nos gastos com segurança

pública. E isso no mesmo dia em que o governo e a imprensa tocavam as trombetas para celebrar (com uma certa razão, já que nos desacostumamos a receber notícias deste tipo) o que pode ou não ser, mas já era tido com sido, o início de uma nova etapa de crescimento.

Detenhamo-nos inicialmente no orçamento. Em um país miserável, este instrumento da democracia, como se diz em tom humorístico, longe de ser uma simples peça jurídico-burocrático-ornamental, influencia decisivamente o futuro que se pode entrever no curto prazo e, como tendência, também no médio e no longo. Projeta, ao menos, o futuro que o governo em exercício, nas condições que encontra diante de si, vislumbra para o país. Como as condições são, e o presidente Da Silva não se cansa de enfatizar, oficialmente otimistas, supõe-se que também o sejam o orçamento e a visão de futuro nele encerrada.

Pois não é que ocorre exatamente o oposto: temos no orça-

mento não a expectativa de um futuro otimista, mas o delinear de um futuro sem futuro.

Vejamos mais de perto a natureza do problema. O que significa um futuro no qual o Brasil, ou qualquer outro país, prevê um maior dispêndio com as políticas “sociais” e de segurança “pública”? Iniciando pelos “gastos” sociais, o mais importante aqui é explicitar o que todos de certa forma já sabem ou podem facilmente reconhecer: a sua significação contemporânea. Longe de se referir a gastos que, de alguma forma, modificariam ativamente a existência social de indivíduos genericamente concebidos, os gastos “sociais” têm sido nas últimas décadas sinônimo de cobertura passiva para as sobras humanas da economia. Em outros termos, gastos “sociais” são, atualmente, um puro e simples eufemismo para o já desgastado assistencialismo. O tom assistencialista fica claríssimo quando se observa que os gastos

“sociais” se referem concretamente ao criativo leque de expedientes criado pela nossa familiar “bolsa-cracia”: bolsa-família, bolsa-leite, bolsa-educação, bolsa-restaurante, bolsa-hotel etc.

O que o assistencialismo revela?

Aos que se atrevem criticar o assistencialismo sempre se indaga o que tem de mau nele: como modificar a sociedade se as tropas disponíveis estão famintas? – questionam os mais radicais. A fome tem pressa, lembram os apressados.

Pois bem, aos primeiros talvez possamos lembrar que a Bastilha foi tomada por hordas de miseráveis famintos, apenas para mencionar um episódio revolucionário. Isso não significa evidentemente uma defesa da fome como acelerador de um processo de transformação, mas uma singela recordação da vacuidade da proposição contida na pergunta-crítica.

Aos que nos chamam a atenção para a pressa da fome, salientamos que há tempos as pessoas morrem de fome, sem qualquer pressa, apesar do incessante e crescente esforço assistencialista. O fato de a fome em si permanecer lentamente indica, com a simplicidade ímpar dos acontecimentos, que eventos desse tipo não cedem a paliativos, mas a soluções efetivas.

É preciso, entretanto, retomar a interrogação para enfim respondê-la: o que tem de mau, o assistencialismo?

Em si, nada. Nada mesmo, nada vezes nada.

Mas como visão de futuro, como ambição política do governo brasileiro, como projeto de nação, como projeto internacional de sociedade (já que é sabido que se trata de um projeto mundial, chancelado pelas organizações internacionais), o assistencialismo é, no mínimo, suspeito.

A equação é simples. Para aumentarem os gastos sociais, de duas uma: ou a pobreza, a miséria e a desigualdade atualmente existentes não se reduzem; ou aumentam. Se os humildes – digo, pobres – e os assistidos – digo, miseráveis – aumentam em contingente, os gastos sociais aumentam. Ou não?

Naturalizar a miséria

Chegamos assim ao essencial do problema. O fato de o governo declarar como projeto para o país, num ano que seja, o aumento dos gastos “sociais” não apenas naturaliza o aumento da miséria, tornando-o uma previsão para o ano seguinte, como escancara uma desalentadora rendição na tentativa de efetivamente enfrentá-la, de um modo qualquer. Assume publicamente a incapacidade ou a suposta impossibilidade de enfrentar ativamente a miséria. E tudo isso num quadro pintado com tintas otimistas.

O que foi dito sobre os gastos sociais, aplica-se igualmente à segurança “pública”. Também neste caso não poderia ter nada contra a segurança “pública”, nada mesmo. Quem, em sã consciência, teria?

Mas, antecipar aumentos nos gastos com segurança não significa reconhecer que a principal fonte originária da insegurança, a desigualdade social, não pode ou não deve ser efetivamente combatida? (Por favor, esqueçam as longas divagações moralistas sobre o caráter mau-caráter da violência.)

Imaginem se o orçamento da Suécia poderia prever um aumento dos gastos com segurança, num ano sequer?

Não dispensa isso, o fato de o pacifismo sueco ter tudo a ver com o belicismo brasileiro (o mundo é globalizado, não?); mas temos aí um excelente exemplo para, por contraste, salientar a absurdidade da proposição de que atacar a vi-

olência requer, por necessidade, violentar os violentos.

Tomando em conjunto toda a situação, o que significa a publicação deste projeto orçamentário no dia do anúncio do “espetáculo do crescimento” é que nem mesmo o governo acredita que, além de espetacular, o espetáculo possa dar conta da nossa famosíssima “questão social”.

Se, a despeito do crescimento, o projeto para o próximo ano prevê aumento dos gastos “sociais” e dos gastos bélicos internos, só pode ser que o governo não leva muita fé na continuidade do crescimento ou na sua capacidade de minorar (para ser modesto) as mazelas sociais. Sobram razões, neste último caso: a China cresce adoidado e a desigualdade social aumenta, os EUA também, para não mencionar a nossa própria história de crescimento com frustração “social”.

“Homo sacer – o não-inclusível”

Parece-me, enfim, que estamos diante de um reconhecimento tácito de uma visão particularmente conservadora, e, por isso mesmo, bastante difundida, da pobreza e dos pobres mesmo. Estes últimos têm sido encarados pela ideologia dominante como *Homo sacer*, expressão de Giorgio Agamben, que Slavoj Žižek tem se ocupado em difundir.

O *Homo sacer* seria o indivíduo ausente de cidadania, de direitos, para o qual os presos de Guantánamo são uma instância clássica: presos que não podem sequer ser submetidos a julgamento, já que as leis vigoram exclusivamente para os cidadãos. Diante do *Homo sacer*, que não é excluído, mas *não-inclusível*, só duas atitudes seriam cabíveis: o assistencialismo, quando não incomodam, e a repressão, quando incomodam. Ou um misto de ambos, já que nunca se sabe quando podem incomodar.

O porquê da analogia já deve estar mais do que claro. O projeto oficial de futuro do país contém, em si, numa época de presumido otimismo, uma concepção velada em que os miseráveis brasileiros não passam de *Homo sacer*, sujeitos sem quaisquer direitos, não-inclusíveis, e que, portanto, devem ser alvos ora da caridade, ora do “afeto policial” dos cidadãos (repetindo Marx).

Naturalmente, podemos compreender a proposta em voga como fruto da pura e simples irreflexão, do imediatismo alimentado pelo próprio estado calamitoso da nossa vivência social, absolutamente degradada e degradante. Mas será que, exatamente por isso, pela intensidade da desgraça, não deveríamos refletir com todo cuidado sobre o que tem sido dito, defendido e feito?

Nunca é demais lembrar que atitudes absolutamente pavorosas foram e são alimentadas pelos mais nobres sentimentos.

Não seria imperioso, enfim, estabelecer uma reflexão *radicalmente crítica* da forma de interpretar este mundo arrasado pela miséria e pela guerra e de agir nele?

Essa constatação, evidentemente, não implica de imediato saber como reagir, mas ao menos possui a dignidade de conferir ao problema a sua exata dimensão, de reconhecer a incapacidade de enfrentá-lo por métodos convencionais. Não me perguntem, portanto, o que fazer: como disse Paulo Eduardo Arantes, não sou bobo de oferecer resposta. Mas a crítica pelo menos não se pode dispensar. ■

* Doutor em Economia pela UFRJ.

O professor e pesquisador João Leonardo Medeiros estará ministrando, no Corecon-RJ, o curso *Bem-estar, Igualdade e Pobreza: uma leitura crítica*, às quintas-feiras à noite, no período de 21 de outubro a 25 de novembro. Os interessados deverão fazer suas inscrições na página www.economistas.org.br.

ESPECIAL

Eleições 2004

O Rio pelo olhar dos seus candidatos



Para esta edição, às vésperas das eleições municipais de outubro, o *JE* ouviu os candidatos a Prefeito do Rio de Janeiro, a partir de duas questões formuladas para os cinco primeiros colocados nas pesquisas pré-eleitorais – César Maia, Marcelo Crivella, Luiz Paulo Conde, Jandira Feghali e Jorge Bittar.

A cada candidato foi oferecido o mesmo espaço, de 3 mil caracteres, e deixada em aberto a possibilidade de responder às questões como melhor parecesse a cada um.

A seguir, as respostas às seguintes perguntas:

1 – *Quais suas prioridades para o desenvolvimento econômico da cidade?*

2 – *Quais as propostas para o equacionamento da dívida e do orçamento frente aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal?*

Cesar Maia – PFL/PSDB

Plano de Metas para 500 mil empregos

1 A análise do quadro econômico tem evidenciado a necessidade de políticas públicas mais agressivas, que privilegiem não só o emprego, mas estratégias de geração de trabalho e renda. Emprego, a prefeitura faz por meio das obras, da contratação de servidores – nesses três anos e meio contratamos 45 mil servidores – e dos contratos de terceirização. A escolha do Rio para sediar o Pan-Americano de 2007 vai garantir milhares de empregos, em diversas áreas, como construção, indústria têxtil, etc. O esporte e o turismo são atividades econômicas importantíssimas, e o Rio tem enorme potencial nesses dois setores. Temos também projetos específicos para áreas da cidade, como o “Desenvolvendo e capacitando a Zona Oeste”; e estudantes de economia do Centro Universitário Moacyr Bastos, que integram o quadro de agentes do trabalho da Prefeitura, atuando nas comunidades, estimulando o desenvolvimento econômico local. Temos ainda o “Escola Carioca de Empreendedores Comunitários”, que desenvolve um programa permanente de líderes, fomentando o desenvolvimento local e a geração de trabalho e renda nas comunidades. O projeto tornou-se uma incubadora de empreendimentos locais, desenvolvendo linha de pesquisa e extensão sobre o desenvolvimento comunitário. Nosso plano de metas:

• Apoio, subsídio e isenções à criação de empresas de duas gerações, com profissional aposentado e profissional recém-formado;

• Crédito direto a pequenos empreendedores e cooperativas, com pagamento em serviços e produtos;

• Intensificar o direcionamento de compras de uniformes da prefeitura a cooperativas de costureiras;

• Criação de shoppings abertos em ruas de atividades econômicas concentradas, flexibilizando as posturas municipais;

• Desoneração fiscal das atividades ligadas a turismo, cultura e esporte;

• Profissionalização no turismo, hotelaria e esportes;

• Início das contratações para os jogos do Pan;

• Criar 500 mil empregos diretos e indiretos;

• Criar centros de capacitação profissional em 20 bairros;

• Implantar o SINE municipal em duas regiões da cidade.

- Apoio, subsídio e isenções à criação de empresas de duas gerações, com profissional aposentado e profissional recém-formado;
- Crédito direto a pequenos empreendedores e cooperativas, com pagamento em serviços e produtos;
- Intensificar o direcionamento de compras de uniformes da prefeitura a cooperativas de costureiras;
- Criação de shoppings abertos em ruas de atividades econômicas concentradas, flexibilizando as posturas municipais;
- Desoneração fiscal das atividades ligadas a turismo, cultura e esporte;
- Profissionalização no turismo, hotelaria e esportes;
- Início das contratações para os jogos do Pan;
- Criar 500 mil empregos diretos e indiretos;
- Criar centros de capacitação profissional em 20 bairros;
- Implantar o SINE municipal em duas regiões da cidade.

2 A Prefeitura do Rio segue rigorosamente os princípios da LRF. A despesa líquida com pessoal, em dezembro/03, atingiu 53,4% da Receita



Foto: Clarice Castro

Corrente Líquida, abaixo do limite de 60% (artigo 20 da LRF). No que se refere às operações de crédito internas e externas, a Resolução 43/01 determina que o limite seja de 16% da RCL ao ano. O limite atingido pelo Município ano passado foi de apenas 1,5%. Quanto à dívida com a União,

esta gestão está negociando, desde 2001, o abatimento de R\$ 900 milhões de créditos do governo federal com o município; também propõe a mudança do índice de correção: substituir o IGP-DI, medido pela FGV e sujeito às variações cambiais, pelo IPCA, índice oficial da inflação. ■

Marcelo Crivella - PL

Foco no turismo, cultura, esportes e tecnologia

❶ A vocação natural do Rio contemporâneo é o setor de serviços, particularmente o bloco de interesses e atividades em torno do turismo, entretenimento, cultura e esportes. Não é que repelimos a indústria: ela será bem vinda e contará com os incentivos necessários. Mas, o Rio é um campo privilegiado para atividades do terciário, com capacidade extraordinária para geração de renda e empregos de qualidade. O bloco de turismo, entretenimento, cultura e esportes será o foco de nossa



atenção, apoiado por uma concepção e prática ativas de defesa do meio-ambiente. A Prefeitura fará tudo para garantir o seu pleno desenvolvimento, como fonte de emprego e renda para milhões de cariocas. O turismo é a vocação natural e fundamental para a vida econômica da cidade, mas temos de cuidar da manutenção do espírito carioca, tão ameaçado pela violência e falta de políticas públicas que estabeleçam um planejamento seguro de desenvolvimento econômico e social. O Rio de Janeiro conquistou a referência internacional de principal centro turístico brasileiro, mas perdeu alguns espaços por falta de um maior entrosamento entre os poderes municipal, estadual e federal, além de não dar a merecida valorização aos segmentos da iniciativa privada que trabalham os produtos turísticos.

A violência crescente é perturbadora e afasta as pessoas das ruas e da vida noturna, e afugenta os turistas. Nosso plano de governo, além de dar prioridade ao corredor turístico do Galeão, às áreas de praias e pontos turísticos, vai assegurar a revitalização do Centro da cidade e da Zona Portuária, com presença permanente da Guarda Municipal, equipada com armas tecnológicas e de informações, principalmente à noite, a fim de restabelecer o verdadeiro espírito carioca nas ruas do Rio, devolvendo à cidade a sua auto-estima. O Rio atravessa, como as demais metrópoles brasileiras, uma crise social sem precedentes: alto desemprego e subemprego decorrentes de duas décadas de desempenho econômico medíocre em todo o País. É a nossa juventude que sofre as conseqüências mais dramáticas dessa crise, em razão da falta de perspectiva de uma realização pessoal e profissional na vida. A sociedade carioca sabe que a crise social está na origem da criminalidade e da crise de segurança. Entretanto, não podemos esperar indefinidamente pela mudança da política econômica para enfrentar a crise social. Temos que mobilizar nossas próprias forças para isso, e a forma de fazê-lo, imediatamente, é empreender todos os esforços para revitalizarmos a indústria de turismo, entretenimento, cultura e esportes. A cidade tem condições de participar do novo ciclo de desenvolvimento, com a recém aprovada política industrial, em que um

dos projetos prioritários é o apoio à produção e exportação de *software*. Indústria limpa, compatível com a vocação turística, geradora de valor agregado e de empregos, poder aquisitivo e efeito multiplicador de renda e emprego. Faremos do Rio a capital brasileira do *software*. ■

Luiz Paulo Conde - PMDB

Um Rio que atraia empresas e indústrias

❶ Pretendo tomar várias medidas para estimular o desenvolvimento econômico da cidade em várias áreas. Entre elas, a de entretenimento, cultura, lazer, turismo, financeira e têxtil. Para a área de turismo temos vários projetos, entre eles a criação de eventos como a Semana da Criança e o Rio *Beer Festival*, além da retomado do Plano Maravilha-Rio, abandonado pelo atual prefeito. Estimularei a implantação e manutenção das cooperativas de roupas no estado, que empregam formalmente



168 mil pessoas. Em parceria com o governo do estado, atuari para transformar o Rio no segundo maior pólo do mercado de seguros no país. Este mercado cresce 25% ao ano. Outro esforço será feito para atrair indústrias, que farão do Rio o segundo maior pólo da indústria farmacêutica da América Latina. Na área de geração de empregos, vou criar programas de apoio a trabalhadores autônomos (são mais de 1,25 milhão de autônomos no Rio de Janeiro). Criar programas de qualificação e preparação para os jovens serem absorvidos pelo mercado de trabalho – um deles em parceria com o governo federal e as Forças Armadas, oferecendo cursos e ampliando o tempo do serviço militar. Vou retomar também diversos projetos abandonados pelo atual prefeito, como as Câmaras de Desenvolvimento Local, que apóiam ações de geração de empregos, e os Centros de Informática nas comunidades carentes.

❷ De fato a sua preocupação sobre orçamento, endividamento do município e, em conseqüência, a Lei de Responsabilidade Fiscal faz todo sentido. Conforme dados da Controladoria Geral, após obter saldo orçamentário positivo, em 2000, primeiro ano da gestão Cesar Maia, o município vem acumulando seguidos déficits anuais. Hoje, há atrasos com fornecedores e prestadores de serviço. Os compromissos assumidos com a realização do Pan 2007 são outra dúvida. Por sua vez, não existe transparência no processo de informação das contas públicas do município, o que dificulta a análise externa. Ao final desta gestão, caso não cumpridas as obrigações da LRF, o gestor público poderá ser responsabilizado. O equacionamento da questão passará por um levantamento inicial do endividamento e obrigações assumidas, e o estabelecimento de uma programação financeira rígida. ■

Jandira Feghali - PCdoB

Retomar o desenvolvimento do Rio

❶ O esvaziamento econômico do Rio é uma realidade. É verdade que nem todos os problemas da cidade têm origem nela própria ou são de responsabilidade de seus governantes. Alguns são consequência da política econômica vigente, que há uma década privilegia os interesses do capital financeiro. Mesmo assim, a Prefeitura tem um papel a cumprir para ajudar a retomada do desenvolvimento da cidade. Para tal, vamos tomar as seguintes medidas:

- a) Estimular a construção civil e os serviços de turismo e de infra-estrutura de serviços públicos (saneamento, transporte, saúde, educação e energia);
- b) Articular com a Caixa Econômica Federal um Fundo de Investimento Imobiliário para financiamento da habitação popular, o que servirá para reativar o setor da construção civil e criar empregos;
- c) Redefinir os incentivos fiscais do Imposto sobre Serviços (ISS), com destaque para as micros e pequenas empresas;
- d) Desenvolver ações para fortalecer a indústria naval e a Marinha Mercante na cidade;
- e) Usar o poder de compra da prefeitura para apoiar empresas instaladas no Rio;
- f) Reservar para empresas de pequeno porte as compras inferiores a R\$ 30 mil;
- g) Fortalecer a economia popular solidária, apoiando projetos comunitários;
- h) Fortalecer cooperativas de crédito para o financiamento de micro e pequenas empresas.

❷ A resolução nº 43, do Senado Federal, limita em 11,5% o comprometimento anual dos gastos das prefeituras com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, em relação à receita corrente líquida. A dívida da Prefeitura do Rio estava em 10,7% no ano passado, abaixo, portanto, do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas vem crescendo perigosamente: em 2001 era equivalente a 7,6% e, em 2002, passou para 10%. Nesse passo, logo estaremos no limite permitido pela resolução do Senado, pois o ritmo do crescimento dos encargos da dívida é maior do que o ritmo de crescimento da arrecadação da Prefeitura. Se somarmos os gastos que terão que ser feitos para o Pan-Americano, o quadro que se desenha é, ainda, mais grave. Isto, aliás, foi mencionado, em relatórios do Tribunal de Contas do Município e do Fórum Popular de Orçamento.

Esta situação é o resultado da desastrosa gestão financeira do atual prefeito que, numa decisão arbitrária, elevou em 50% os custos da dívida ao não pagar uma parcela que vencia no acordo negociado com o governo federal. Assim, a dívida terá que ser renegociada, sob pena de inviabilizar a gestão da prefeitura. Essa é uma situação que atinge a quase todas as grandes cidades, inclusive, São Paulo. O que chama a atenção, no caso do Rio, é a arrogância do prefeito, que se apressa em desqualificar as críticas a sua gestão financeira. Mas, ao contrário do que diz, ele está deixando uma verdadeira herança maldita para o seu sucessor, que terá que governar quatro anos com um rígido planejamento financeiro, democraticamente discutido com a sociedade, para que fiquem claras as dificuldades e a necessidade de renegociação da dívida. ■



Jorge Bittar – PT/PSB

Democratizar a gestão pública

❶ Criar o fomento às micro-finanças, de modo a aumentar a disponibilidade de serviços financeiros para pequenas e microempresas e trabalhadores autônomos, e mecanismos de interlocução com os poderes públicos e com o setor financeiro. Produzir e disseminar informações sobre essas empresas e sobre tecnologia de micro-finanças. Estimular o cooperativismo de crédito. Além disso, pretendemos:

- Fomentar serviços de desenvolvimento empresarial, voltados à capacitação, apoiar a comercialização, simplificar os trâmites burocráticos, incentivar o cooperativismo e outras formas de associativismo; expandir o Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo, voltado à comercialização de serviços da construção civil;
- Apoiar a chamada produção mais limpa, com o objetivo de reduzir o uso de matérias primas, economizar água e energia, gerando menos resíduos;
- Promover processos coletivos de aprendizagem, tais como redes, cooperativas, reunindo diferentes agentes e empresas;
- Fazer do Rio a Cidade do Conhecimento. Agir em prol do aprimoramento das universidades, instituições de pesquisa e centros tecnológicos da cidade e de seus vínculos com as prioridades sociais;
- Priorizar aquisição de bens e serviços junto às empresas locais;
- Fortalecer a indústria cultural geradora de empregos e oportunidades;
- Democratizar a gestão da política cultural;
- Estruturar a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca em condições de apoiar e assistir os agricultores e pescadores, com vistas a aumentar a produção e comercialização;
- Executar obras de urbanismo e meio ambiente que forem necessárias para a realização do Pan, em 2007.

❷ A capacidade de endividamento será preservada pela manutenção da relação Receita Corrente/Dívida Consolidada Líquida. Preservar a capacidade de endividamento para financiar projetos importantes para a população. Investimentos seletivos e maximamente indutores de inclusão sócio-cultural, cidadania e renda, associados à sustentabilidade da retomada da economia, permitindo manter estável aquela relação, sem aumento de impostos ou compressão de despesas não financeiras.

Vamos separar as contas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais das contas do Tesouro Municipal. Sabemos que o fundo previdenciário dispõe de reservas técnicas vultosas (R\$ 1,7 bi), mas que estas reservas estão compromissadas com obrigações futuras de aposentadorias e pensões. Hoje, as reservas técnicas do fundo são usadas para maquiagem balanços e uma fictícia disponibilidade de caixa. Outra questão é a dívida de curto prazo. A Prefeitura tem a prática de financiar-se no curto prazo com recursos de fornecedores e prestadores de serviço, que chegam a ficar 10 meses sem receber o que têm direito. Uma visão financista míope, de curtíssimo prazo, que só prejudica os trabalhadores dessas empresas. Acabaremos com isso. ■



Foto: Salvador Scófano

MONOGRAFIA Carlos Augusto Góes Pacheco

Royalties do petróleo: Aplicação e impacto no desenvolvimento econômico dos municípios da Bacia de Campos

O texto a seguir é da monografia colocada em primeiro lugar no XIV Prêmio Corecon de Monografia.



Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Carapebus, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra.

Discrepâncias e distorções

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP)¹, no ano de 2003 foram distribuídos R\$ 4,396 bilhões, a título de *royalties*, entre todos os beneficiários destas indenizações, quantia 37% maior que a arrecadada no ano anterior. Somente o Estado do Rio de Janeiro recebeu R\$ 907,7 milhões, cerca de 64,2% do total distribuído entre as unidades da Federação. Já para as participações especiais, o montante alcançou a cifra de R\$ 4,997 bilhões, sendo destinado ao Estado do Rio de Janeiro R\$ 1,961 bilhão.

O súbito aumento dos *royalties* e participações especiais originou-se de uma conjunção de fatores. Um deles foi o deslocamento da alíquota máxima de *royalties* (de 5% para 10%, do valor da produção), a partir da promulgação da Lei nº 9.478/97. Além deste, houve uma elevação dos preços de referência utilizados nos cálculos dos *royalties* que, após o decreto nº 2.705/98, passaram a variar de acordo com os preços internacionais do petróleo e do gás natural, e com a flutuação do câmbio. Por fim, ocorreram aumentos na produção destes hidrocarbonetos na Bacia de Campos, devido principalmente à grande produtividade de campos gigantes, promovendo um crescimento espetacular das participações especiais.

Destarte, as prefeituras viram-se com um repentino crescimento de suas receitas, com

Desde a criação da Petrobras, em 1953, até as recentes descobertas realizadas na Bacia de Campos, a indústria de petróleo brasileira vem apresentando um incontestável potencial para a promoção de inovações nos diversos setores da indústria e, ao mesmo tempo, na reprodução de renda e emprego, através de maciços investimentos e seu impacto sobre as demais cadeias produtivas, devido a seu efeito multiplicador.

Sendo a necessidade contínua de esforço exploratório uma das características da indústria do petróleo, são esperados maiores investimentos no setor, a fim de garantir o nível de reservas compatível com a produção no longo prazo. Porém, com o desenvolvimento de novas tecnologias e as descobertas de novas jazidas, principalmente na plataforma continental, as expectati-

vas são de a produção aumentar, gerando mais recursos, inclusive sob a forma de *royalties* e participações especiais.

Os *royalties* podem ser entendidos como uma compensação financeira devida, principalmente, a Estados e Municípios, pelos concessionários de exploração e produção de petróleo e gás natural. Já a participação especial é um pagamento a que estão sujeitos os campos com grande volume de produção ou grande rentabilidade. Estes recursos, que se tornaram expressivos a partir de 1998/1999, demonstraram-se fundamentais para promover uma melhora na situação fiscal do Estado e dos municípios fluminenses, especialmente daqueles nove pertencentes à Zona de Produção Principal da Bacia de Campos (e que se constituem o foco deste artigo): Armação de Búzios, Cabo Frio,

Em 2003, foram distribuídos R\$ 4,396 bilhões, quantia 37% maior que a do ano anterior. Somente o Rio de Janeiro recebeu R\$ 907,7 milhões, cerca de 64,2% do total distribuído entre as unidades da Federação. Já para as participações especiais, foram R\$ 4,997 bilhões, destinando-se ao Rio de Janeiro R\$ 1,961 bilhão.

o qual ainda não estavam preparadas, pois não havia sido realizado nenhum estudo de impacto ou planejamento para a utilização destes vultosos recursos.

Um dos problemas relacionados à distribuição dos *royalties* e participações especiais está na discrepância das projeções marítimas, estabelecidas pelo IBGE, para delimitação das zonas de produção dos campos de petróleo na plataforma continental, quando comparadas com os reais efeitos da indústria do petróleo sobre os municípios atingidos. Como este procedimento de delimitação foi baseado apenas em critérios físicos e não se consideraram os impactos socioeconômicos associados às atividades de exploração e produção (E&P), correspondente ao poço do respectivo município produtor, acabaram por gerar distorções na distribuição das indenizações petrolíferas. Campos dos Goytacazes, por exemplo, é o município fluminense de maior arrecadação, apesar de não possuir instalações significativas de apoio à atividade petrolífera, como Macaé.

Destinação dos royalties

Apesar disto, os *royalties* e participações especiais constituíram-se num importante reforço no orçamento, no sentido que possibilitou *superávits* das receitas em relação às despesas, para a maioria dos municípios beneficiários, nos anos 2000/2001, revertendo a situação deficitária em que se encontravam em 1997/1998 (de acordo com análise realizada a partir de dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro).

Cresceram também as participações daqueles recursos nas receitas totais municipais: a progressão das porcentagens, entre os anos de 1997 e 2000, apresentou um salto gigantesco e repentino de dependência da receita total municipal em relação aos *royalties* e par-

ticipações especiais, como, por exemplo, em Rio das Ostras, passando de 2,27%, em 1997, para 71,51%, em 2000. Neste ano (2000), cinco dos nove municípios em análise apresentaram percentual superior a 50% de dependência das participações governamentais em relação à receita total municipal.

O potencial dos *royalties* torna-se visível quando comparados com as receitas tributárias municipais e os repasses intergovernamentais (que, tradicionalmente, sempre se constituíram na principal fonte de recursos dos municípios). O volume arrecadado no período 1997-2001 superou todas as outras fontes, ultrapassando impostos significativos, como o ICMS e o ISS, para os nove municípios da Zona de Produção Principal. Para os demais municípios do Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas, verificou-se uma influência menor dos *royalties*, revelando maior dependência das transferências intergovernamentais nos seus orçamentos.

Foi averiguada uma diminuição da participação dos tributos municipais na receita total. Como os municípios estão arrecadando mais com as participações governamentais, não está havendo preocupação, em alguns casos, em garantir receitas próprias, permanecendo subordinados aos repasses de outras esferas de governo, e ampliando a dependência em relação aos *royalties* e participações especiais. Outro problema é a guerra fiscal, levando municípios a abdicarem de impostos, na esperança de que a atração de empresas possa vir a gerar rendimentos no longo prazo.

Esta redução nos recursos tributários leva a crer que os municípios podem estar se utilizando dos *royalties* para promover ajustes em suas contas, a fim de se enquadrarem na legislação estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto contrasta a lógica das indenizações petrolíferas, que seria de oferecer condições para a sustentabilidade econômica

das regiões beneficiadas pelas atividades de E&P, num período posterior ao esgotamento das jazidas de petróleo e gás natural.

Desperdício de potencial

Quanto à capacidade de investimento, os nove municípios da Zona de Produção Principal apresentaram números sensivelmente superiores àqueles verificados no Norte Fluminense e nas Baixadas Litorâneas, estabelecendo-se a hipótese de que os *royalties* estão contribuindo para este aumento dos investimentos, graças ao seu reforço nos cofres públicos municipais.

Todavia, os valores dos investimentos, quando comparados com as receitas de *royalties*, no período de 1999-2001, evidencia que estão sendo destinados para fins diversos, e não exclusivamente nesta categoria de despesas de capital. Apesar deste procedimento estar de acordo com a legislação vigente, desperdiça-se um grande potencial de investimento, quando se consideram as áreas de uso das participações governamentais estabelecidas por legislações anteriores à Lei do Petróleo (como energia, abastecimento de água, saneamento básico, etc.).

Das principais carências e obstáculos para a atração de novos empreendimentos, revelou-se, de maneira unânime, entre as nove principais localidades em questão, a carência de acessibilidade, traduzida por baixa disponibilidade de estradas pavimentadas em relação à área total do município. Isto pode vir a justificar os vultosos montantes dos *royalties*, gastos em pavimentação, como uma tentativa das prefeituras em resolver as carências mais relevantes, de modo mais imediato. Vale lembrar que, uma via de comunicação é capaz de tirar do isolamento núcleos menores, de economia estagnada, possibilitando o aumento de benefícios à sua população, que passa a ter facilidade de acesso às localidades que os fornecem, estimulando a dinamização e/ou a revitalização de suas economias.

No entanto, em alguns casos, estes gastos direcionados apenas para um determinado conjunto de setores, pode vir a ser um reflexo de um possível desconhecimento, por parte dos administradores municipais, dos limites impostos à utilização dos *royalties* (proibição de uso somente em pagamentos de dívidas e pessoal). Alguns prefeitos ainda seguem a legislação estabelecida pela Lei nº 7.990/89, a

qual direcionava os gastos exclusivamente para áreas de infraestrutura. Contudo, é sabido que obras desta natureza, e de caráter assistencialista, aparecem mais aos olhos da população de baixa renda do que investimentos em setores sociais, levando a crer que tal escolha vem de encontro a possíveis interesses eleitoreiros.

Dispersão das informações

Uma questão relevante foi o papel dos *royalties* na determinação dos empregos formais, já que maior mão-de-obra foi empregada, a fim de atender às obras públicas municipais proporcionadas pelo aumento dos investimentos. Os salários dos servidores públicos, no período analisado, sofreram reajustes graças ao direcionamento das indenizações petrolíferas para estas obras de infraestrutura, liberando impostos e demais repasses para outros fins.

Os maiores gastos em Habitação e Urbanismo observados no período de 1997 a 2001 relacionam-se ao impacto sofrido pelas localidades próximas a áreas de E&P de petróleo e pela expansão urbana provocada pelo turismo. As despesas em Saúde e Educação, no mesmo período, superaram os repasses do SUS e Fundef, respectivamente, corroborando a suposição de que estes setores foram beneficiados com outros recursos, particularmente dos *royalties*.

Existem inúmeras limitações para um preciso processo de análise do real efeito das receitas petrolíferas no desenvolvimento dos municípios. Um destes é a dificuldade de especificar, de maneira precisa, as áreas beneficiadas pelos *royalties* e participações especiais, pelo motivo da dispersão das informações sobre o assunto abordado, até mesmo por parte das próprias prefeituras beneficiadas. Ademais, é complexa a desagregação dos benefícios oriundos das participações governamentais, daqueles originados pela indústria petrolífera como um todo. Os orçamentos municipais, na forma como são declarados, enfatizam somente a gestão de caixa e o aspecto legal da lei, não permitindo a correta apropriação dos *royalties* às áreas a que são direcionados.

Some-se a este fato, o curto espaço de tempo decorrido do início do recebimento expressivo das participações governamentais (a partir de 1998) e seus reais efeitos sobre a vida socioeconômica municipal. A maturação



O potencial dos *royalties* torna-se visível quando comparados com as receitas tributárias municipais e os repasses intergovernamentais (que, tradicionalmente, sempre se constituíram na principal fonte de recursos dos municípios). O volume arrecadado no período 1997-2001 superou todas as outras fontes, ultrapassando impostos significativos, como o ICMS e o ISS, para os nove municípios da Zona de Produção Principal.

dos investimentos é lenta, e os resultados aparecem somente no longo prazo. Há de se considerar que as demandas sociais são elevadas, e os índices refletem um acúmulo das ações de sucessivas administrações municipais.

Do que foi visto, pode-se deduzir que a repartição das receitas dos *royalties* e participações especiais está sendo direcionada a abastecer governos locais, dos recursos necessários ao atendimento da demanda imprevista por serviços públicos. Entretanto, poucos municípios apresentaram uma ação mais harmonizada, voltada para um projeto de

sustentabilidade, de diversificação da base produtiva local e da geração de trabalho e renda fora da cadeia do petróleo.

Há também, como um dos empecilhos na análise das aplicações dos *royalties* e participações especiais, a falta de transparência na aplicação destes recursos. Como a atual legislação não determina os setores que devam ser contemplados, a questão gira em torno de uma transparente e eficiente gestão, por parte das Prefeituras, para a correta utilização dos *royalties*. Além de promover obras de infraestrutura física, o poder público municipal deve assumir responsabilidades nos setores de infraestrutura social e econômica, com objetivo de promover a geração de empregos, a melhoria das condições de vida de seus municípios e garantir o crescimento diversificado, participativo e auto-sustentável. Mais do que isso deve implementar ações conjuntas com outros municípios, para a promoção de um desenvolvimento regional.

Das potencialidades apresentadas pelas localidades em análise, destacam-se três grupos. Cabo Frio, Rio das Ostras, Armação de Búzios e Casimiro de Abreu possuem forte vocação turística. Macaé apresenta-se como a única localidade com reais possibilidades de continuidade de desenvolvimento através da inserção na cadeia produtiva petrolífera, enquanto que Campos dos Goytacazes, Carapebus, Quissamã e São João da Barra concentram suas potencialidades na agroindústria.

Assim, o turismo e a fruticultura, juntamente com a recuperação da indústria sucroalcooleira e o desenvolvimento efetivo do complexo industrial de E&P de petróleo e gás natural, constituem-se as principais potencialidades a serem implementadas, com recursos oriundos, por exemplo, das indenizações do petróleo e gás, para a revitalização dos municípios confrontantes da Bacia de Campos.

Aperfeiçoando estes setores, será possível criar uma cadeia integrada de atividades econômicas, que permitirá o desenvolvimento sustentável, vindo a repercutir em outros setores tradicionalmente relevantes, como a cerâmica, a piscicultura, a indústria de doces e a mineração, ao mesmo tempo em que reduz a dependência das receitas municipais, dos *royalties* da indústria petrolífera. ■

* Economista, formado pela UFRJ.

Crédito 1 minuto

Crédito certo a qualquer hora.

- ✓ Rapidez na contratação do crédito
- ✓ Empréstimo liberado pelo Auto-Atendimento, Banrífone ou www.banrisul.com.br
- ✓ Valor, prazo e vencimento das parcelas a escolher
- ✓ As menores taxas do mercado
- ✓ Primeiro pagamento até 35 dias após a utilização do crédito
- ✓ Débito em conta das parcelas
- ✓ Demonstrativo mensal para o acompanhamento das operações



www.banrisul.com.br



Governo do
Rio Grande do Sul
PTSDO CRT TEJANINA 19/08

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Secretário de Esporte responde ao Fórum

Agradecemos ao secretário municipal de Esporte e Lazer, Ruy Cezar, pelo ofício enviado ao Fórum Popular do Orçamento, em resposta ao que fora publicado na coluna do **JE**, de maio. Naquela edição fizemos uma comparação entre o programa de trabalho “Jogos Pan 2007” e outras duas rubricas, também da secretaria de Esportes, porém, relativas ao desporto comunitário. São elas: “Fornecimento de Bolsa-Esporte” e “Infra-estrutura esportiva em praças”.

A despeito do que fora publicado em maio, o secretário ratificou as informações de que ambos os programas não estavam sendo executados. Em relação à infra-estrutura em praças, justificou a não execução pela opção da prefeitura em dar continuidade às obras já iniciadas e enviou-nos informações a respeito do programa de trabalho “Construção de Unidades Esportivas e de Lazer”.

Para este programa, a LOA estabeleceu uma dotação inicial de R\$ 14.386.384,00 e, até o dia 30 de agosto, após remanejamentos feitos ao longo do ano, haviam sido liquidados cerca de 105% deste montante. A LDO de 2004 prevê para este programa a construção de: nove unidades esportivas; um centro poliesportivo, implantado na AP3; um parque aquático, na AP3; 25 vilas olímpicas na AP5; 70% de implantação de vilas olímpicas na AP3; 16% de implantação de parque aquático na AP5.

Viés comunitário

Cabe ressaltar que encontramos dois dos remanejamentos que “engordaram” a dotação deste programa: o decreto nº 24.464, publicado em 30 de julho no Diário Oficial, transferindo R\$ 539.236,00 da rubrica “servidores inativos da administração direta”, cujo objetivo é “pagamento de aposentadoria de

outros servidores inativos da administração direta, conforme determina a lei municipal 2.805/99”; e o decreto nº 24.515, de 13 de agosto, no D.O., remanejando R\$ 400.000,00 da rubrica “dívida externa”, cujo objetivo é “gerir as operações de crédito externas municipais, efetuando as amortizações”.

Para a rubrica “fornecimento da bolsa-esporte”, lamentou-se o fato de o programa não ter sido reiniciado, porém, foram explicitados outros dois programas, também de cunho comunitário, que apresentam um ritmo de execução bastante razoável, sendo todos os seus recursos provenientes do próprio município.

O primeiro deles, “manutenção e funcionamento de unidades esportivas”, cujo objetivo é “atender crianças/jovens carentes e deficientes, através de atividades nos centros

principalmente para as comunidades carentes”. A dotação estabelecida pela LOA para este programa foi de R\$ 5.596.971,00, sendo que até 30 de agosto já haviam sido liquidados 76% desta dotação. A LDO para 2004 estabelece uma previsão de atendimento a 1,016 milhão de pessoas.

Nota-se claramente um viés comunitário para este programa, no entanto, se levarmos em conta a dotação prevista pela LOA e a meta estabelecida pela LDO, o gasto por pessoa no ano de 2004 será de R\$ 5,51.

Em 30 de julho foi publicado no D.O. o decreto 24.466, remanejando R\$ 857.000,00 da rubrica “manutenção e funcionamento de unidades esportivas” para a rubrica “promoção do esporte e do lazer”, ambas destacadas acima.

É com satisfação que registramos a exe-

Evolução Orçamentária dos programas explicitados acima em 2004.

Programas de Trabalho	Construção Unidades e de Lazer	Manutenção e Funcionamento de Unidades Esportivas	Promoção do Esporte e do Lazer
Dotação Inicial	R\$ 14.386.384,00	R\$ 20.330.614,00	R\$ 5.596.971,00
Dotação Atual	R\$ 16.936.881,00	R\$ 23.963.140,00	R\$ 7.510.868,00
Empenhado	R\$ 16.814.842,02	R\$ 14.437.469,14	R\$ 4.904.107,99
Liquidado	R\$ 15.097.835,83	R\$ 11.281.838,05	R\$ 4.266.231,33

Execução Orçamentária do período de 1/1/04 até 30/8/04

esportivos”, apresentou, até 30 de agosto, um percentual de execução correspondente à cerca de 58% em relação à dotação estabelecida pela LOA, de R\$ 20.330.614,00. Segundo a LDO para 2004, este programa pretende atender a 102 mil crianças/jovens e deficientes, o que resulta em uma média de R\$ 199,32 por pessoa atendida.

O segundo programa de trabalho mencionado foi “promoção do esporte e do lazer”, cujo objetivo é “manter projetos esportivos,

cução orçamentária dos programas acima, seja pelo cunho e abrangência social, seja pelos valores. Nos dois casos, superiores aos programas não-executados citados na edição referida. O cumprimento do orçado em programas desta natureza vai ao encontro do que almejamos. Oxalá, essa postura permeasse toda prefeitura. O que destoa é registramos o rotineiro desprezo pelas contribuições dadas pelo poder legislativo através de emendas ao orçamento. ■

Estudantes recebem Prêmio de Monografia

A celebração do Dia do Economista, pelo Corecon-RJ e pelo Sindicato dos Economistas, no último 13 de agosto, foi marcada pela homenagem aos professores Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e João Paulo de Almeida Magalhães, e também pela entrega do XIV Prêmio Corecon de Monografia. Foram três vencedores e duas menções honrosas.

Com a casa cheia, numa cerimônia realizada no antigo espaço da Biblioteca Eginardo Pires, no 16º andar do prédio da entidade, no Centro, a celebração encerrou-se com um animado conjunto de chorinho. Os estudantes premiados receberam também livros e publicações da Fundação Konrad Adenauer e as suas inscrições para o Curso de Pós-Graduação em Economia Empresarial, na Universidade Federal Fluminense, em 2005.

Orientadora do estudante Carlos Augusto Góes Pacheco, formado pela UFRJ, que obteve o primeiro lugar com a monografia que tratou da questão dos *royalties* do petróleo e de seus impactos nos municípios da Bacia de Campos (ver pág. 11, desta edição), a professora Lia Hasenclever lembrou o ex-presidente do Corecon, Clemente de Oliveira, que a estimulou, quando era também conselheira, a criar o prêmio, há 14 anos. Ela destacou a importância da monografia.

“Eu acho que a monografia nos permite discutir a questão da pesquisa, a metodologia da profissão, as aplicações que nós podemos fazer, a seriedade com a formação dos nossos alunos”, disse Lia.

O presidente atual do Conselho, José Antonio Lutterbach Soares, destacou a importância dos três professores homenageados.



Carlos Augusto Góes Pacheco e a professora Lia Hasenclever

“Na decisão dessa homenagem e na escolha dos três nomes pesou a certeza da dívida que temos, por suas vastas e importantes contribuições acadêmicas e intelectuais. Exerceram significativas influências na ciência e no pensamento econômico do país e do exterior. Pesaram também na escolha suas ações como políticos, as contribuições que deram às nossas entidades representativas, a condução de importantes políticas públicas para o país, bem como enquanto professores, na formação de várias gerações de economistas. A eles, a quem nos acostumamos a chamar, carinhosamente, de Conceição, Lessa e João Paulo, devemos boa parte do orgulho que temos por sermos economistas”.

Premiados

A segunda colocação no XIV Prêmio Corecon coube ao estudante Alexandre Herzog Cardoso, com a monografia “Análise das causas da baixa penetração do micro-crédito no Brasil”, orientado pelo professor René de Carvalho. O terceiro colocado foi Maurício Loschi de Melo, com o trabalho “As exportações de produtos manufaturados da Argentina para o Brasil no período 1992-1999”, orientado pelo professor Jorge Chami. Todos os três primeiros colocados são da UFRJ. As menções honrosas couberam aos estudantes Carlos Renato de Lima, da UERJ, e Eduardo Zilberman, da PUC. ■

CURSOS DO CORECON/RJ

CURSO PREPARATÓRIO PARA O EXAME DA ANPEC

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

As inscrições para o novo Curso Preparatório para o Exame da ANPEC encontram-se abertas e pretende-se fechar a turma - de no máximo 30 alunos - no mês de dezembro de 2004. Para melhorar a qualidade deste serviço prestado algumas modificações na estrutura do curso serão implementadas em 2005.

- No dia **11 de janeiro** haverá uma prova contendo questões das cinco disciplinas do curso (Matemática - Estatística - Macroeconomia - Microeconomia - Economia Brasileira), para se conhecer melhor o nível da nova turma.
- A disciplina Matemática teve sua carga horária dobrada, em função do extenso programa do curso: em 2004 tivemos 96 horas-aula; em 2005, teremos 192 horas-aula.
- No dia **17 de janeiro** começarão as aulas regulares do curso (de 18h45 às 21h30). Durante janeiro e fevereiro haverá somente aulas de Matemática, às segundas, terças e quartas-feiras. As aulas não serão para revisão de matéria, portanto os conteúdos lançados nesse período fazem parte do programa da disciplina.
- Em março, começarão as aulas de Estatística (às segundas), Macroeconomia (às terças), Microeconomia (às quintas). As quartas e sextas-feiras estão reservadas para Matemática.
- Em abril, começarão as aulas de Economia Brasileira, às sextas-feiras, ficando o curso de Matemática reservado daí em diante para às quartas-feiras.
- Por último, informamos que o horário, de março a outubro, será de segundas e terças, das 18h às 21h50 e quartas, quintas e sextas-feiras, de 18h45 às 21h30.

Acrescentamos, ainda, que caso haja uma grande procura para o turno da manhã, existe a possibilidade de abrirmos uma turma para este turno (com um mínimo de 20 alunos).

Faça já sua inscrição: <http://www.economistas.org.br>

Veja também

- **Análise de Investimentos** (aos sábados, de 16/10 a 27/11/04)
- **Economia do bem-estar, igualdade e pobreza: uma leitura crítica** (às quintas-feiras, de 21/10 a 25/11/04)
- **Matemática aplicada à teoria econômica** (às terças e sextas-feiras, de 26/10 a 07/12/04)
- **Globalização Financeira: impactos macroeconômicos e mecanismos de defesa** (às terças-feiras, de 26/10 a 23/11/04)
- **Regimes Monetários: Teoria e a Experiência do Real** (às quartas-feiras, de 03/11 a 01/12/04)